



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



Portaria Nº. 845/2017 de 10 de Janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Brasnorte
Registrado no Livro de Registro de:

- () Leis () Autógrafos
() Resoluções Portarias
() Decreto Legislativo

Sob. o nº 845 20 17

Em, 30 / 01 / 20 17

Sec. Geral

Colocam a disposição o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, referente ao 2º Semestre de 2016 da Câmara Municipal de Brasnorte conforme anexos desta Portaria

O Sr. **ROBERTO ANTONIO DE CARVALHO**, Presidente da Câmara Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando, o Art. 166, Inciso III e Art. 182, parágrafo único da Resolução do TCE nº. 14/2007.

Resolve:

Artigo 1º. Pôr à disposição de qualquer contribuinte o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, referente ao 2º Semestre de 2016 da Câmara Municipal de Brasnorte, conforme anexo desta Portaria.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Palácio Vereador Wanderlei José Berté, em Brasnorte, MT, aos (10) dez dias do mês de Janeiro do ano de (2017) dois mil e dezessete.

ROBERTO ANTONIO DE CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Brasnorte
Publicado por Afixação

Em, 30 / 01 / 17

Comissaria Municipal de Brevetes
Registramos no Livro de Registro de
[] Autógrafos
[] Fotógrafos
[] Desenhos e Gravuras
Data: _____
Hora: _____
Assinatura: _____
Rubrica: _____



MUNICÍPIO DE BRASNORTE - Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.232.879,38	0,00
Pessoal Ativo	1.232.879,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, Inc. 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, Inc. 1º da LRF) (II)	113,20	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	113,20	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	1.232.766,18	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	100,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/IV) * 100	1.232.766,18	100,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6.00%	0,00	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5.70% DA RCL	0,00	5,70
LIMITE DE ALERTA -inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5.40% DA RCL	0,00	5,40

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud. The text notes that without reliable records, it would be difficult to verify the accuracy of financial statements and to identify any discrepancies or irregularities.

2. The second part of the document focuses on the role of internal controls in ensuring the accuracy and reliability of financial information. It describes how internal controls are designed to prevent errors and fraud by establishing a system of checks and balances. The text highlights that internal controls should be tailored to the specific needs of the organization and should be regularly reviewed and updated to reflect changes in the business environment.

3. The third part of the document discusses the importance of transparency and accountability in financial reporting. It notes that providing clear and concise information to stakeholders is crucial for building trust and confidence in the organization. The text emphasizes that transparency involves disclosing all relevant financial information, including any potential risks and uncertainties, in a timely and accurate manner.

4. The fourth part of the document addresses the need for ongoing monitoring and evaluation of financial performance. It states that regular monitoring allows management to identify trends, detect potential problems, and take corrective action as needed. The text also notes that evaluation of financial performance should consider both short-term results and long-term sustainability, as well as the impact of the organization's activities on its stakeholders.

5. The fifth part of the document discusses the importance of communication and collaboration in achieving financial goals. It notes that effective communication is essential for ensuring that all employees understand their roles and responsibilities and are working towards the same objectives. The text emphasizes that collaboration between different departments and levels of the organization is necessary to identify opportunities for improvement and to address any challenges that may arise.

6. The sixth part of the document discusses the importance of ethical behavior in financial reporting. It notes that ethical behavior is essential for maintaining the integrity of the financial system and for ensuring that financial information is accurate and reliable. The text emphasizes that ethical behavior involves acting in a fair and honest manner, disclosing all relevant information, and avoiding any conflicts of interest or other actions that could compromise the integrity of the financial system.

7. The seventh part of the document discusses the importance of staying up-to-date on changes in financial reporting standards and regulations. It notes that financial reporting standards and regulations are constantly evolving, and it is essential for organizations to stay up-to-date on these changes to ensure that their financial reporting is accurate and compliant. The text emphasizes that organizations should have a process in place for monitoring and evaluating changes in standards and regulations and for implementing any necessary updates to their financial reporting practices.

8. The eighth part of the document discusses the importance of seeking professional advice when needed. It notes that financial reporting can be a complex and technical area, and it is often necessary to seek the advice of professional accountants or other experts. The text emphasizes that seeking professional advice can help organizations ensure that their financial reporting is accurate and compliant with all applicable standards and regulations.

9. The ninth part of the document discusses the importance of maintaining a strong relationship with the financial community. It notes that a strong relationship with the financial community is essential for ensuring that financial information is accurate and reliable. The text emphasizes that organizations should engage in regular communication with financial institutions, regulators, and other members of the financial community to stay up-to-date on changes in standards and regulations and to address any concerns or questions that may arise.

10. The tenth part of the document discusses the importance of continuous improvement in financial reporting. It notes that financial reporting is an ongoing process, and it is essential for organizations to continuously improve their financial reporting practices. The text emphasizes that continuous improvement involves regularly reviewing and evaluating financial reporting practices, identifying areas for improvement, and implementing changes to enhance the accuracy and reliability of financial information.



MUNICÍPIO DE BRASNORTE - Legislativo
Câmara Legislativa
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V)

DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Obrigações Financeiras				Disponibilidade e de Caixa Líquida (antes da inscrição em RP Não Processados do Exercício) (f)=(a-(b+c+d+e))	RP Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		RP Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	RP Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
PODER LEGISLATIVO (Recursos não Vinculados)	3.760,00	0,00	800,00	0,00	4.066,16	-1.106,16	0,00	0,00

10/10/2010

10

10/10/2010

10

10/10/2010

10

10/10/2010 10:10:10 AM

10/10/2010

10

10/10/2010

10



MUNICÍPIO DE BRASNORTE - Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	1.232.766,18	100,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6.00%	0,00	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5.70% DA RCL	0,00	5,70

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

1950-1951
1952-1953

1954-1955
1956-1957

1958-1959

1960-1961
1962-1963

1964-1965
1966-1967

1968-1969
1970-1971

1972-1973
1974-1975

1976-1977

1978-1979
1980-1981

1982-1983

1984-1985
1986-1987

1988-1989
1990-1991

1992-1993
1994-1995

1996-1997
1998-1999

2000-2001
2002-2003

2004-2005



MUNICÍPIO DE BRASNORTE - Legislativo
Câmara Legislativa
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

LRF, Art. 48, Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.232.766,18	0,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6.00%	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5.70%	0,00	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - 5,4% Da RCL	0,00	5,40

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Valor Total	0,00	-1.106,16

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961